



BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME COIMBRA

PROGRAMA DE ACÇÃO E ORÇAMENTO 2026

INTRODUÇÃO

Como se pode observar no Relatório 2025 sobre a Pobreza e Exclusão Social em Portugal publicado pelo Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, apesar das melhorias que se continuam a verificar desde há vários anos, a situação de pobreza é ainda um flagelo da sociedade portuguesa com consequências a vários níveis, designadamente deficiências de alimentação.

É assim que, em 2024, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social (PES) em Portugal era ainda de 19,7%, abrangendo cerca de 2,1 milhões de pessoas, mantendo-se acima dos 2 milhões de pessoas. De acordo com o Relatório, "O limiar de pobreza subiu para 7.588€ anuais (632€ mensais), refletindo o aumento geral dos rendimentos. apesar desta evolução, a taxa de intensidade da pobreza manteve-se elevada (25,7%), mostrando a persistência de carências severas".

1
Hes
desvian
15

Destes, cerca de 38% da população em risco de pobreza tem rendimentos muito baixos ($\leq 422\text{€}$ mensais), 27% entre 422€ e 527€, e 34% entre 527€ e 632€, revelando um peso expressivo dos rendimentos mais baixos. as crianças e os adultos até aos 64 anos apresentam maior vulnerabilidade - 40% vivem com rendimentos $\leq 422\text{€}$ mês em ambos os grupos.

Em termos absolutos, estima-se que em 2024 cerca de 351 mil crianças e jovens viviam em situação de PES em Portugal. É preocupante a forte exposição das crianças às situações de pobreza severa, o que compromete trajetórias de inclusão social e económica ao longo da vida. Na realidade, se os adultos com idades avançadas conseguem de alguma forma ir garantindo uma alimentação mínima, as crianças não têm de todo essa capacidade própria, pelo que são um grupo etário muito problemático.

Ainda que o desemprego atinja actualmente valores muito baixos, verifica-se que "em Portugal, a pobreza não resulta apenas da ausência de emprego, mas também da insuficiência dos rendimentos do trabalho, afectando de forma significativa tanto trabalhadores como famílias em diferentes fases do ciclo de vida". Também o aumento da imigração trouxe problemas novos nesta área. De facto, a nacionalidade constitui outro determinante relevante: 8,8% dos trabalhadores portugueses vivem em situação de pobreza, enquanto a taxa entre os estrangeiros ultrapassa os 18%, atingindo 20% nos trabalhadores extracomunitários, refletindo a maior vulnerabilidade deste grupo face à precariedade e baixos salários".

Torna-se, assim, evidente que as condições de pobreza que se reflectem nos indicadores de privação e exclusão severa em Portugal continuam, infelizmente, a ser uma realidade que justifica e exige a continuação da actividade do Banco Alimentar Contra a Fome. Todos estamos conscientes de que os vários subsídios, acções e intervenções sociais estatais a nível nacional e local se revelam insuficientes para responder às necessidades de fatias tão grandes da nossa sociedade só ultrapassáveis definitivamente com níveis de crescimento económico adequados.

Deverá assinalar-se que as estatísticas oficiais subestimam a magnitude da pobreza e exclusão em Portugal. Como se baseiam em inquéritos junto das famílias, não captam as situações daqueles que não vivem em residências habituais. As pessoas em situação de sem-abrigo, os nacionais ou migrantes que vivem em alojamentos temporários, todos estes casos não se encontram refletidos nas estatísticas oficiais.

Estando conscientes de que um dos objectivos fundamentais do Banco Alimentar Contra a Fome é a luta contra o desperdício, o BACF Coimbra prosseguirá a sua acção junto de produtores e distribuidores de alimentos, além da recolha de papel usado, para o transformar em alimentos.

Graças à generosidade e empenho de todos, desde os trabalhadores aos voluntários das diversas comissões, passando pelos benfeitores, empresas e particulares e, claro, a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, o BACF-Coimbra apoia cerca de 11.000 pessoas em toda a área do Distrito de Coimbra, desde Oliveira do Hospital até á Figueira da Foz.

Deverá assinalar-se que as estatísticas oficiais subestimam a magnitude da pobreza e exclusão em Portugal. Como se baseiam em inquéritos junto das famílias, não captam as situações daqueles que não vivem em residências habituais. As pessoas em situação de sem-abrigo, os nacionais ou migrantes que vivem em alojamentos temporários, todos estes casos não se encontram refletidos nas estatísticas oficiais.

Estando conscientes de que um dos objectivos fundamentais do Banco Alimentar Contra a Fome é a luta contra o desperdício, o BACF Coimbra prosseguirá a sua acção junto de produtores e distribuidores de alimentos, além da recolha de papel usado, para o transformar em alimentos.

Graças à generosidade e empenho de todos, desde os trabalhadores aos voluntários das diversas comissões, passando pelos benfeitores, empresas e particulares e, claro, a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, o BACF-Coimbra apoia cerca de 11.000 pessoas em toda a área do Distrito de Coimbra, desde Oliveira do Hospital até á Figueira da Foz.

manutenção do quadro de voluntários. Este trabalho será continuamente actualizado e melhorado em 2026. A aplicação informática desenvolvida tem permitido um eficaz controlo e mobilização dos voluntários para a diversidade de tarefas necessárias ao funcionamento do Banco.

A **Comissão Técnica** continuará a importante tarefa de garantir a segurança, higiene e manutenção das instalações, bem como a gestão dos alimentos armazenados e sua adequada guarda para distribuição.

Será mantida a divulgação do BACF-C em todos os sectores onde se possa aplicar o objectivo de promover o voluntariado, mais especificamente em Estabelecimentos de Ensino como Escolas, Universidades e Feiras de Voluntariado, para além das redes sociais da internet.

Será dada continuidade à Campanha Papel por Alimentos, que nos tem permitido comprar alimentos em falta, para assim compensar as deficiências da recolha de alimentos nas campanhas-saco.

Vamos prosseguir com o código de boas práticas que garanta melhores condições de higiene e de garantia de qualidade de produtos fornecidos.

O Banco Alimentar Contra a Fome de Coimbra participará, na medida das suas possibilidades e competências, nas actividades e gestão da Federação Portuguesa de Bancos Alimentares.

Orçamento 2026

O Orçamento para 2026 foi elaborado com base nos custos reais incorridos até ao final do mês de Setembro de 2025, com a respectiva projecção para o final de ano e com os ajustes que prevemos necessários face ao Plano de Acção apresentado.

Como tem sucedido nos exercícios anteriores, as despesas serão contidas de acordo com as possibilidades e serão feitas diligências no sentido de conseguir algum aumento dos proveitos.

O Orçamento assenta em donativos de particulares, empresas e diversas entidades, enquadrando este programa de acção e mantendo sempre presente a preocupação de assegurar a sustentabilidade e a saúde financeira do BACF-C observando os princípios da prudência na gestão.

Relativamente aos proveitos orçamentados, importa realçar:

1. Os proveitos orçamentados assentam em donativos de particulares, empresas e diversas entidades, mantendo a ajuda da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares e a captação de novos doadores para assegurar a sustentabilidade e a saúde financeira do BACF-C;
2. Será contactada a Câmara Municipal de Coimbra visando a continuidade do apoio financeiro deste Município retomado em 2023.
3. Contamos ainda com os valores da consignação do IRS, quer directamente ao BACF Coimbra, quer através da Federação.
4. Prevemos alguma subida nos valores recebidos do aparelho judicial, por doação de injunções e/ou coimas.

No que respeita aos custos importa realçar:

1. Prevemos a verba de €12.000 para FSE, tendo em conta os valores efectivamente gastos nos últimos exercícios e prudência necessária para despesas de reparação que, dada a antiguidade das instalações do banco, sempre se mostram necessárias;

2. O aumento dos custos com o pessoal decorre dos aumentos legais do ordenado mínimo.

7
Pen
H. Pereira
Tm
Lg

Naturezas	Orçamento 2025	30/09/2025	Prev. final do ano 2025	ORÇAMENTO 2026
Don. Camaras Municipais / Subsidios	5 500 €	5 313 €	5 313 €	5 000 €
Don. de particulares & empresas	35 000 €	8 252 €	25 000 €	25 000 €
Don. Federação	5 000 €	- €	5 000 €	5 000 €
Consignação 0,5% IRS	20 000 €	26 067 €	26 067 €	25 000 €
Outros Don.(Proc. Judiciais)	10 000 €	18 400 €	18 400 €	20 000 €
Restituição IVA	700 €	- €	- €	- €
Donativos de Bens e serviços	4 000 €	- €	2 000 €	1 000 €
Outros Rendimentos e Ganhos	- €	46 €	46 €	- €
Prov.s e ganhos fin.	700 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €
Total dos Proveitos	80 900 €	59 577 €	83 325 €	82 500 €
Fornec. e serv. externos	11 500 €	6 820 €	11 000 €	12 000 €
Custos c/ pessoal	60 000 €	44 421 €	60 000 €	62 500 €
Amortiz. do exº	8 750 €	4 515 €	6 020 €	7 000 €
Outros gastos e perdas	650 €	10 028 €	11 000 €	1 000 €
Custos e Perdas fin	- €		- €	- €
Total dos Custos	80 900 €	65 784 €	88 020 €	82 500 €

João Paulo S. Craveiro
João Paulo S. Craveiro

Teresa Sá
Teresa Sá

Aurora Serra e Silva

Maria Teresa Archer de Carvalho
Maria Teresa Archer de Carvalho

Maria Manuel Diniz Vieira
Maria Manuel Diniz Vieira